

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA PROGRAMA INSTITUCIONAL
DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMITÊ CIENTÍFICO DE CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO PROJETO
DE ASSENTAMENTO PACIÁ, LÁBREA/AM

Voluntaria: Tatiana Acácio da Silva

Humaitá-AM

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
COMITÊ CIENTÍFICO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

RELATÓRIO PARCIAL

PIB-B-065/ 2015-2016

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO PROJETO
DE ASSENTAMENTO PACIÁ, LÁBREA/AM

Voluntaria: Tatiana Acácio da Silva

Orientador: Dr. Viviane Vidal da Silva

Humaitá-AM

2016

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	7
2.1 MEIO AMBIENTE E OS ASSENTAMENTOS	7
2.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA ASSENTAMENTOS.....	9
2.3 POLITICAS PUBLICAS AMBIENTAIS	10
3. Objetivo.....	12
3.1 Objetivo Geral	12
3.2 Objetivos Específicos	12
4. MATERIAL E MÉTODOS	13
4.1 Área de estudo.....	13
4.2 Levantamento e processamento de dados	13
5. RESULTADOS	15
6. CONCLUSÃO.....	20
6. REFERENCIAS BLIOGRAFICA	21
7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	24

Resumo: Esta pesquisa visa analisar as políticas públicas ambientais e sociais implantadas no Projeto de Assentamento Pacιά (PA Pacιά), verificando qual a contribuição destas para o desenvolvimento local, bem como evitando a evasão rural e verificar a atual situação de uso da terra neste assentamento. Nesse caso, realizou-se pesquisa documental junto aos órgãos de governo e criou-se um banco de dados do Projeto de Assentamento Pacιά, onde foi realizada uma análise do uso e ocupação da terra, quantificando assim a área de uso da terra e cobertura vegetal para o ano de 2014, com base no banco de dados do Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), a análise da cobertura vegetal do PA Pacιά irá fornecer informações na qual pode se verificar o desenvolvimento do assentamento promovendo a sustentabilidade da agricultura familiar e assim melhorando a qualidade de vida dos assentados gerando mais emprego e renda nas áreas rurais.

PALAVRAS CHAVES: Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Uso da Terra

1. INTRODUÇÃO

O assentamento rural é um conjunto de medidas que visa promover melhor a distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade (INCRA, 2013).

Atualmente, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, desenvolvida pelo instituto, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção de moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências.

De acordo com Gaspi e Lopes (2013) assentamentos de reforma agrária são notórios por serem implantados sem que sejam submetidos ao processo de licenciamento ambiental que a legislação estabelece para intervenções com seu potencial de impactos e dano ambientais, um aspecto importante para compreender parte do conflito entre unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária é o requisito necessário para o licenciamento ambiental destes.

Recentemente, a temática sobre a reforma agrária vem ocupando espaço crescente no debate em instituições e na sociedade em geral, dado o potencial da sua contribuição na resolução de graves problemas, tais como a concentração de renda e o desemprego. Apesar disso pouco se discute sobre a viabilidade econômica dos assentamentos de Reforma Agrária, associada à uma política efetiva de fixação do homem no campo (MDA, 2006).

Como descrito por Gehlen (2010), não basta a implementação de projetos de assentamentos e incentivar a agricultura familiar, mas se faz necessário a implantação de política pública para que os mesmos não continuem as margens do desenvolvimento.

Segundo Morreira (2004), as políticas públicas têm como finalidade instituir normas de convívio social para assuntos emergentes ou emergenciais

numa coletividade, buscando assim estabelecer os direitos e deveres do público e do privado e delimitar os papéis sociais dos indivíduos e instituições.

De acordo com Santos (2006), as políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis, por isto, desenvolvem outra política dependente do que se considera que é desejado socialmente. Tais critérios são seguidos no momento que se estabelece as propriedades dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda de um agente social para outro, os assentamentos rurais é um tipo de política pública que esta relacionada à tentativa de controlar os conflitos sociais no campo.

No início da década de 60, a adoção de políticas para o desenvolvimento do país se voltaram para a ampliação das discussões sobre os rumos da agricultura adotando o processo de modernização nas atividades agrícolas (Gehlen, 2010).

Desde o início dos anos 2000, vem ganhando força a abordagem territorial do desenvolvimento rural, como uma forma de revalorizar as escalas espaciais na promoção do desenvolvimento, e retirando a ideia simplista de que o rural se restringe ao agrícola, mas sim entre as dinâmicas socioeconômicas dos espaços rurais e urbanos e equilíbrio ambiental. Desta forma não há mais como não considerar as especificidades locais, que ganham um papel determinante no desempenho de programas e políticas (FREITAS et. al. 2012).

Diante do objetivo exposto, este trabalho tem por objetivo geral avaliar a efetivação das políticas públicas ambientais no PA Pacιά para a conservação dos recursos naturais do assentamento Pacιά, localizado no município de Lábrea-AM, especificadamente, objetiva-se avaliar as questões ambientais a partir do uso da terra e quantificar de cobertura vegetal e uso da terra no PA estudado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 MEIO AMBIENTE E OS ASSENTAMENTOS

A Amazônia possui um grave histórico de conflitos no campo, de altos índices de degradação ambiental, além de um verdadeiro caos fundiário, onde o poder Público, federal e estadual, não possui pleno conhecimento sobre quais terras são públicas, quais estão sob o domínio particular regular, e quais representam a grilagem (Rocha, 2013).

A instalação de grandes projetos agropecuários e a abertura de rodovias federais e a intensa ocupação resultaram em um fluxo migratório para região norte agravando assim a degradação ambiental, conseqüentemente este fluxo migratório gerou conflitos no campo, como caos fundiário e a grilagem de terras (Noda, 2008).

De acordo com Oliveira (2000), os assentamentos rurais chamam a atenção quando o assunto é o meio ambiente, pois os mesmos não são submetidos a nenhum processo de licenciamento ambiental que a legislação estabelece para intervenção de potenciais impactos e danos ambientais que os assentamentos venham a ocasionar. Ainda segundo o autor, durante a década de 70 os instrumentos previstos no Estatuto da Terra para efetivar as ações do governo que seriam voltadas para esta questão ambiental, se voltaram para os projetos de colonização e não para a alteração da estrutura fundiária da Amazônia.

Após estes acontecimentos, os movimentos sócio-ambientalistas se manifestaram e por meio de várias reivindicações criaram reservas extrativistas no início da década de 90, por meio destas foi que conseguiram também o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, além do reconhecimento do papel das populações tradicionais na proteção da Amazônia, em 2000 por meio desse reconhecimento foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza pela Lei nº. 9.985/00 que incentiva os modelos de unidade de conservação de uso sustentável (Rocha, 2013).

Em 1999 foram criadas novas modalidades diferentes de Assentamentos, pois os Projetos de Assentamentos (PA) não são considerados

um modelo adequado de uso da terra e dos recursos naturais para a região norte. Logo foram incentivados modelos mais adequados à realidade da região Amazônica, como os Assentamentos Agroextrativistas (PAE) e os Projetos de Desenvolvimento sustentável (PDS) (INCRA, 2010).

Segundo Silva (2005), o Brasil procura formular as políticas públicas ambientais de acordo com o II Plano de reforma Agrária, visando um modelo base de desenvolvimento agrícola sustentável, e o plano de ação para o desmatamento para Amazônia legal que ressalta a necessidade de controlar o desmatamento de forma ilegal em assentamentos.

Segundo Moreira et al. (2015) A redução do desmatamento na Amazônia legal, globalmente é considerada significativa de acordo com uma pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), porém o desmatamento ocasionado pelos assentamentos da Reforma Agrária está sob responsabilidade do INCRA, segundo o INPE a taxa de desmatamento é muito elevada nos assentamentos, o que chamou a atenção do Ministério Público Federal.

O Ministério Público em parceria com os procuradores da república criaram um grupo de pesquisa específico voltado para a Amazônia Legal, e instaurarão inquéritos para apurar as violações ao meio ambiente em assentamentos da Reforma Agrária. (Oliveira, 2000).

Com os dados obtidos em tal pesquisa, os procuradores apontaram os assentamentos do INCRA como o maior desmatador da Amazônia, pois os assentamentos instalados pelo INCRA responderam a 18% do desmatamento verificado na Amazônia legal nos últimos 10 anos, com isto o INCRA foi induzido a buscar programas de prevenção e alternativas para reduzir o desmatamento, como o Cadastro Ambiental Rural visando a regularização ambiental e o controle do desmatamento dos projetos de assentamentos, outra medida foi a criação dos Assentamentos Verde por meio da portaria/INCRA nº 716, de 27 de novembro de 2012, em março de 2013 (Rocha et al., 2011).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente elaborou algumas resoluções para propor os padrões ambientais necessários nas atividades produtivas que ocasionam a degradação ambiental, incluindo as atividades desenvolvidas pelos projetos de assentamentos rurais de Reforma Agrária, dando ênfase a uma das resoluções criadas pelo CONAMA, a resolução CONAMA nº 289 de

25 de Outubro de 2001, afirma que os assentamentos não estão insetos do processo do licenciamento ambiental, e que este processo deve ser realizado pelo órgão estadual competente com o objetivo de disciplinar as diretrizes para o licenciamento ambiental tornando obrigatório aos assentamentos rurais (MMA, 2014).

A autarquia fundiária federal comprometeu-se em ajustar sua conduta e se esforça ainda mais para adequada gestão ambiental nos assentamentos rurais da Amazônia (INCRA, 2012).

2.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA ASSENTAMENTOS

De acordo com Noda (2008) a legislação ambiental com relação aos assentamentos reflete uma abordagem histórica política sobre a reforma agrária no Brasil desde a criação da carta da terra entre as suas determinações específicas onde a função social seria que terra estivesse assegurada e houvesse a conservação dos recursos naturais.

As primeiras abordagens ambientais no espaço agrícola no Brasil surgiram a partir de críticas fundamentadas ao modelo adotado pelo Estado a partir da década de 60, ficando conhecido como modernização agrícola. Para o meio ambiente emerge como uma questão na agricultura após a modernização ancorada na opinião da chamada revolução verde (Oliveira, 2000).

Segundo INCRA (2012) após o término deste período de modernização, surgiram manifestações contrárias ao padrão técnico e econômico implantado pelas políticas agrícolas. Essas eram fortemente subsidiadas pelo Estado que, serviram para o surgimento de diversos movimentos de contestação. Do ponto de vista das ações do estado, dois instrumentos foram criados, o primeiro foi a Agenda Ambiental (MEPF/MMA, 1998) e o segundo foi criado pelo INCRA através de sua Gerência Ambiental (INCRA, 2010).

Em 1997 deu-se início no Brasil as discussões sobre os procedimentos referentes ao licenciamento ambiental para áreas destinadas à reforma agrária. No âmbito federal surgiu a resolução 237 do CONAMA que formalizava a exigência do licenciamento ambiental para diversas atividades, inclusive as referentes ao programa de reforma agrária (Rocha, 2013).

Porem a preocupação do governo com a adequação dos projetos de assentamento rurais ao plano de gestão ambiental, de forma que estes empreendimentos estivessem de acordo com diretrizes de uso adequado aos recursos naturais efetivando-se a proteção ao meio ambiente. A reforma agrária ganhar novos atributos na preservação do meio ambiente expressa pelo art.186, I e II da Constituição da Republica de 1988.

Na qual a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores

2.3 POLITICAS PUBLICAS AMBIENTAIS

Segundo Ramos (2008), as políticas públicas ambientais referem-se ao conjunto de decisões e ações estratégicas que visam promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

As polícias públicas ambientais têm como objetivo promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, por outro lado as políticas agrícolas têm visado buscar a autossuficiência de alimentos e a elevação do nível de renda dos agricultores familiares, logo a participação efetiva dos agricultores familiares no processo de criação das áreas protegidas e na elaboração de propostas de novas políticas para alcançar o desenvolvimento rural sustentável (Rocha, 2013).

Nos últimos 30 anos, a demanda por alimentos e a necessidade da incorporação da Amazônia no modelo econômico nacional proporcionaram a criação e implementação de políticas públicas de uso dos recursos naturais da região por meio do incentivo as atividades agropecuárias, e obras de infraestrutura, atividades essa que contribuem para uma elevada taxa de

desmatamento, comprometendo assim a renovação dos recursos naturais (Santos, 2001).

Na Amazônia, a agricultura apresenta diferentes características inter-regionais que precisam ser consideradas na formulação e implementação das políticas públicas, pois uma das principais características desta agricultura é o processo produtivo, além de ser mais produtivo e economicamente viável, assegura melhor a preservação e a conservação ambiental (Silva, 2005).

Segundo Barbosa (2008), a política ambiental, através de sua forma de implantação, vem gerando conflitos entre o poder público e organização da sociedade civil. Segundo o autor, a integração das políticas ambientais depende da capacidade de composição de interesses que contrapõem, essa integração está ligada à preocupação atual de buscar uma relação harmônica entre as políticas ambientais e agrícolas e a satisfação das necessidades humanas no meio rural, logo este projeto propõe o diagnóstico e entendimento da potencialidade ou fragilidade das políticas destinadas à agricultura e à proteção ambiental.

No entanto, a agricultura familiar no Estado do Amazonas, pode tornar-se ameaçada pela implementação desses instrumentos ambientais, pois, se forem mal planejados, podem conseqüentemente causar graves impactos negativos tais como sociais, ambientais e econômicos na região (Noda, 2008).

3. Objetivo

3.1 Objetivo Geral

Avaliar a efetivação das políticas públicas ambientais no PA Pacia para a conservação dos recursos naturais.

3.2 Objetivos Específicos

Avaliar as questões ambientais a partir do uso da terra.

Quantificar de cobertura vegetal e uso da terra no PA estudado.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Área de estudo

A área de estudo consiste no assentamento Pacιά localizado nas coordenadas $64^{\circ}41'6,47''\text{W}$ $7^{\circ}29'7,35''\text{S}$ (Figura 1). O assentamento foi instituído em 28 de Setembro de 1999, possui uma área de 5.221,37ha, com número de total de parcelas (lotes) de 305 e com 129 famílias assentadas, atualmente o mesmo encontra na fase 2 de instalação.

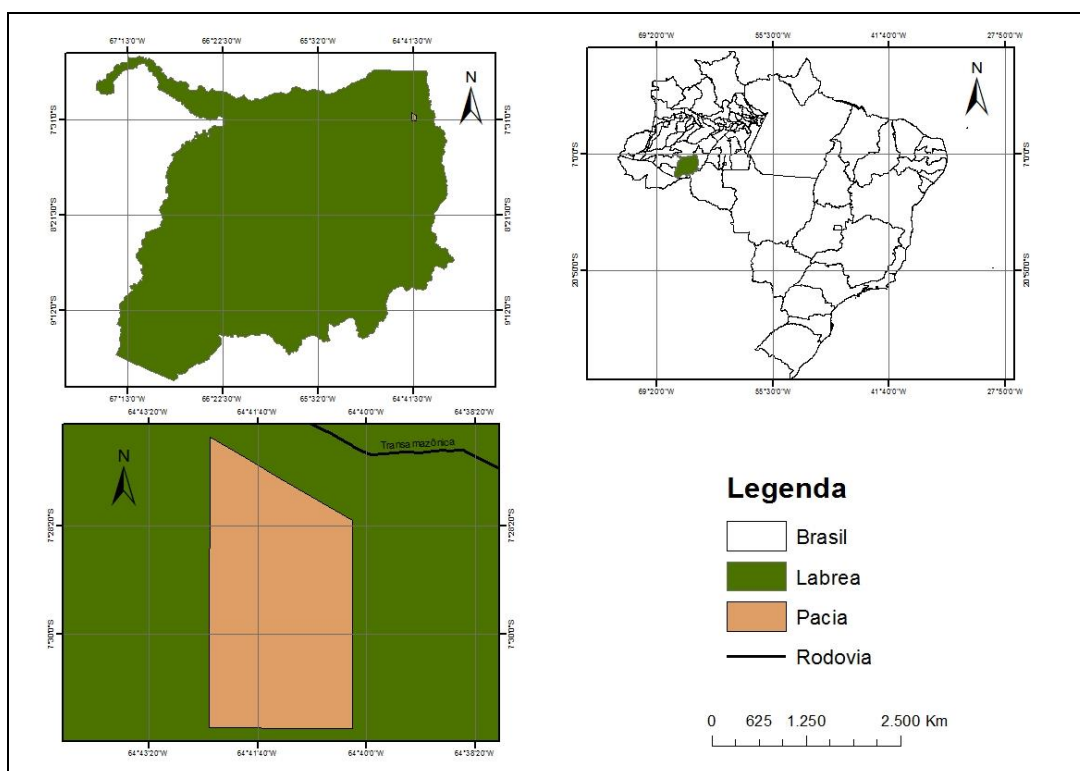


Figura 1. Localização do Projeto de assentamento Pacιά

4.2 Levantamento e processamento de dados

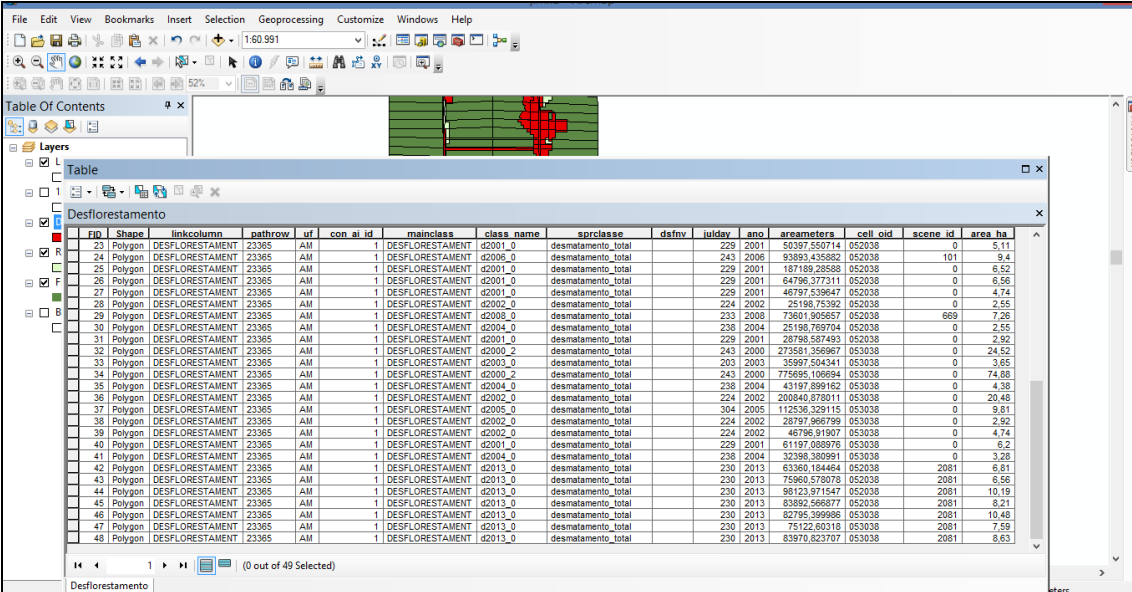
Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual pode-se verificar as políticas públicas implantadas no PA, bem como as em fase de implementação, buscando uma melhor compressão das mesmas.

Para análise do uso da terra foi realizado um levantamento junto ao banco de dados do Programa Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Onde obteve-

se um conjunto de dados no formato vetorial (shapefile) processados no ano de 2014 para o projeto de assentamento Pacia.

O banco de dados foi manipulado no software ArcGis 10.2, onde foi implementado um banco de dados espacial no ambiente SIG, sendo adotado o sistema de projeção cartográfica UTM (Universal Transversa Universal) e Datum SIRGAS 2000, zona 20 sul.

Posteriormente sendo realizado o cálculo de área correspondente para cada segmento.



The screenshot shows the ArcGIS 10.2 interface. A map window displays a grid with a red polygon highlighting a specific area. Below the map, a 'Table Of Contents' window is open, showing a table with the following columns: FID, Shape, linkcolumn, pathrow, uf, con, ai, id, mainclass, class_name, sprclass, dsfv, iulday, ano, areameters, cell_oid, scene_id, and area_ha. The table contains 49 rows of data, with the first row selected.

FID	Shape	linkcolumn	pathrow	uf	con	ai	id	mainclass	class_name	sprclass	dsfv	iulday	ano	areameters	cell_oid	scene_id	area_ha
23	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2001_0	desmatamento_total		229	2001	50397,550714	052038	0	5,11
24	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2006_0	desmatamento_total		243	2006	93893,435882	052038	101	9,4
25	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2001_0	desmatamento_total		229	2001	187189,28588	052038	0	6,52
26	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2001_0	desmatamento_total		229	2001	64796,377311	052038	0	6,66
27	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2001_0	desmatamento_total		229	2001	46797,539647	052038	0	4,74
28	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2002_0	desmatamento_total		224	2002	25198,753392	052038	0	2,55
29	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2008_0	desmatamento_total		233	2008	73601,905657	052038	689	7,26
30	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2004_0	desmatamento_total		238	2004	25198,769704	052038	0	2,55
31	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2001_0	desmatamento_total		229	2001	28798,587493	052038	0	2,92
32	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2000_2	desmatamento_total		243	2000	273581,356967	053038	0	24,52
33	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2003_0	desmatamento_total		203	2003	35997,504341	053038	0	3,65
34	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2000_2	desmatamento_total		243	2000	77695,106984	053038	0	74,86
35	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2004_0	desmatamento_total		238	2004	43197,899162	053038	0	4,38
36	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2002_0	desmatamento_total		224	2002	20840,878011	053038	0	20,46
37	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2005_0	desmatamento_total		304	2005	112536,329115	053038	0	9,81
38	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2002_0	desmatamento_total		224	2002	28797,966799	053038	0	2,92
39	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2002_0	desmatamento_total		224	2002	46796,91907	053038	0	4,74
40	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2001_0	desmatamento_total		229	2001	61197,088978	053038	0	6,2
41	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2004_0	desmatamento_total		238	2004	32398,309991	053038	0	3,28
42	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	63360,184464	052038	2081	6,81
43	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	75960,576076	052038	2081	6,56
44	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	98123,971547	052038	2081	10,19
45	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	83892,566877	052038	2081	8,21
46	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	82795,399988	053038	2081	10,48
47	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	75122,60316	053038	2081	7,59
48	Polygon	DESFLORESTAMENTO	23365	AM	1			DESFLORESTAMENTO	d2013_0	desmatamento_total		230	2013	83976,823707	053038	2081	8,63

Figura 2. Calculo de área.

Em seguida com a grade de lotes do assentamento Pacia fornecida pelo INCRA de Humaitá-AM, foi realizado calculo de área para cada lote verificando o uso do solo é a cobertura vegetal segundo o novo código florestal.

É por fim, foi confeccionado um mapa temático da área para uma melhor visualização da distribuição espacial de cada segmento no assentamento

5. RESULTADOS

Com base nos dados obtidos, foi possível verificar que os assentados receberam no início da implementação o crédito de alimentação para comprar alimentos para a subsistência destes assentados até adquirem os resultados da sua produção.

Outra modalidade de crédito foi o fomento no qual disponibilizou ferramentas, insumos agrícolas dentre outros itens para o desenvolvimento de suas atividades no início do assentamento. Foi implantado o crédito de habitação destinada à construção de casas no início do assentamento Pacιά.

O programa Bolsa família também é um dos programas do governo federal implantado no PA, o mesmo consiste na ajuda financeira às famílias de baixa renda, o valor do benefício este entre R\$ 77,00 a R\$ 154,00, no Pacιά 89 famílias são beneficiadas com este programa social.

O Programa de Aceleração do Crescimento/PAC foi instituído no PA para auxiliar nas atividades desenvolvidas, este disponibilizou para o projeto de assentamento três máquinas para desenvolvimento das atividades econômicas do campo, sendo estes: uma retroescavadeira, uma moto niveladora, um caminhão caçamba.

O PA Pacιά está incluído no programa Assentamentos Verdes, do INCRA Instituído por meio da Portaria/Incrá nº 716, de 27 de novembro de 2012, o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento ilegal em Assentamentos da Amazônia, integrando assim ações do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A atuação dos assentamentos verdes está associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, inserido no Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, atualmente este programa está entre as principais contribuições para a mudança de perfil das áreas de reforma agrária na região.

Entretanto as ações estão divididas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar; além do monitoramento e controle ambiental.

O PA Pacιά é um assentamento verde, porém tais atividades desenvolvidas no PA não seguem os eixos previstos pelo programa, que teria como um dos principais objetivos desenvolver atividades sustentáveis, porém no PA Pacιά a maior atividade realizada pelos assentados é a pecuária.

Para realizar tal atividade faz-se necessário a retirada de grande parte da cobertura vegetal dos lotes do PA para transformá-la em pasto, para criação de bovino de corte.

De acordo com o diagnóstico realizado no PA Pacιά em 2012 pelo Núcleo de pesquisa e Extensão, foi possível observar por meio deste que os assentados fazem críticas com relação a qualidade da água e fertilidade do solo. Com relação a críticas dos assentados, esta relacionada com as consequências da retirada da vegetação do assentamento.

Porém um solo sem cobertura vegetal, irá carrear com a incidência da água da chuva diretamente no solo, e conseqüentemente os nutrientes presentes no mesmo irá carrear gerando assim a falta de nutrientes, além de ocasionar assoreamento de corpos hídricos.

De acordo com o novo código florestal, toda propriedade rural na região amazônica deve manter 80% da sua vegetação remanescente e 30 metros de APP (áreas de preservação permanente) de cada lado das margens de rios, lagos e nascentes.

Com respeito ao uso e ocupação do local, as informações obtidas no banco de dados do PRODES possibilitou verificar que cerca de 18% da área do assentamento encontra-se desflorestada, ou seja, cerca de 534,68 hectares. Por outro lado, 80% da área está ocupada por floresta (cerca de 2.313,72 hectares). A classificação da ocupação do solo realizado pelo PRODES apontou cerca de 0,02% de erro (resíduo). A Figura 2 apresenta a distribuição das classes de uso e ocupação na área do assentamento Pacιά.

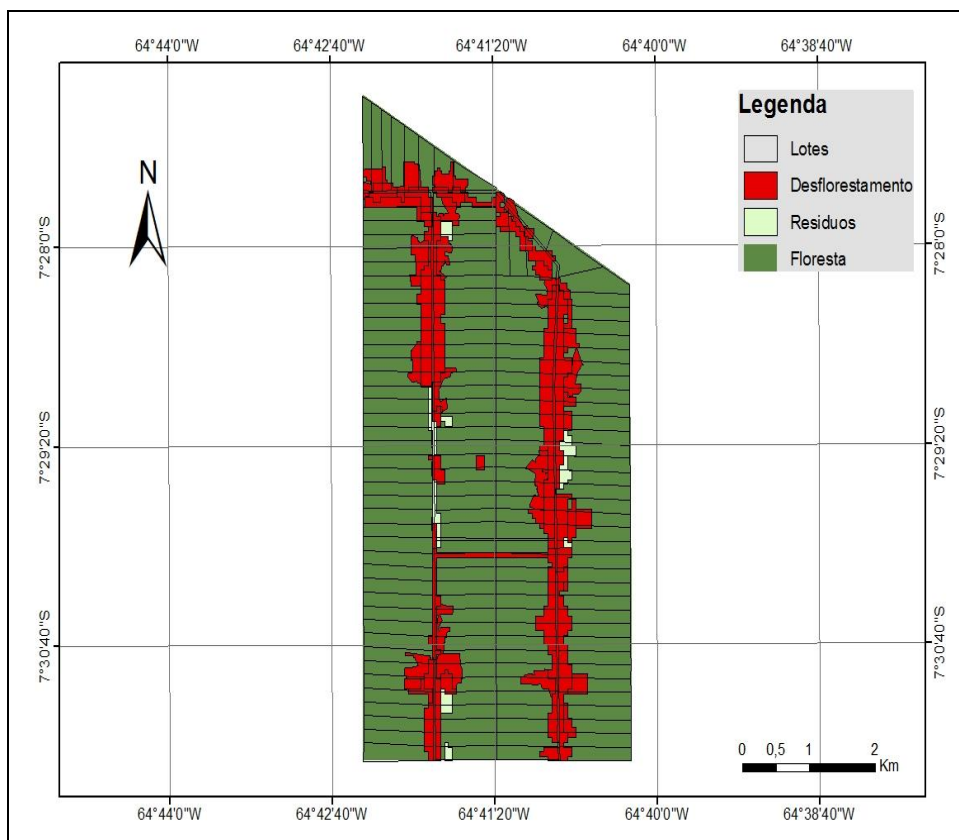


Figura 4. Classes de uso e ocupação do solo no Assentamento Pacia para o ano de 2014. **Fonte:** PRODES (2015), elaborado pelo autor do trabalho.

Posteriormente realizou-se um cálculo de área para cada lote do assentamento verificando cada seguimento (desflorestamento, floresta e resíduos), onde foi possível verificar o uso do solo no PA.

Através deste foi possível verificar que 43% dos lotes desflorestado encontram-se fora do percentual de vegetação previsto pela legislação atual, constitui este em 80% da cobertura vegetal, porém 54% dos lotes estão com a cobertura vegetal de acordo com o novo código.

Observou-se no PA que a falta de planejamento de uso do solo, seja por falta de conhecimento ou pela necessidade do agricultores, tal ação vem ocasionando em degradação ambiental e redução da qualidade de vida não só para a comunidade rural.

O uso da terra não significa somente solo com base de sustentação do ambiente, mas também todos os demais elementos e fatores ambientais que influenciam na manutenção do ecossistema, foi possível observar que as características intrínsecas da agricultura familiar, aliadas as poucas alternativas

de exploração agrícola, existe uma grande carência de políticas públicas que visem contribuir para a adequação de uso e planejamento racional dos recursos naturais.

Através da lei 12.651 de 25 de maio foi criado o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação da Áreas de Preservação Permanente- APP, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do Brasil.

Logo após foi criado o SiAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural), que integra o CAR. O CAR se constitui em uma base de dados estratégicos para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, visando também o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Possibilitando o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural, é um compromisso dos produtores rurais e assentados de regularização ambiental, além de tornar-se um pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental – PRA e de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente.

Atualmente o CAR é muito utilizado pelo governo federal para auxiliar na recuperação de áreas degradadas, para que assim o desmatamento venha diminuir, contribuindo para uma melhor qualidade ambiental e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

Segundo o INCRA de Humaitá-AM o Cadastro Ambiental Rural do PA Pacιά não foi realizado por lote e sim por todo o perímetro do assentamento, pois os lotes são parcelas pequenas e com alto índice de desflorestamento.

Entretanto de acordo com o INCRA local e o responsável técnico pelo projeto de assentamento torna-se mais viável suspender o CAR e criar uma reserva legal coletiva no PA.

Porém a recuperação e exploração sustentável dos recursos naturais de tal área exige conhecimento das propriedades e da situação aos efeitos das atividades desenvolvidas pelos assentados. Faz-se necessário o planejamento dos recursos naturais do projeto de assentamento Pacιά.

Através da elaboração de mapas de aptidão de uso do solo, e utilização de áreas de preservação permanente, através de um cruzamento e sobreposição, dispondo de tais informações é possível planejar o uso das terras para obtenção de rendimento economicamente e ambientalmente sustentável.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou as políticas públicas ambientais e o uso do solo no Projeto de assentamento Pacιά, onde foi possível verificar que o mesmo e um assentamento verde segundo INCRA, contudo não são desenvolvidas atividades voltadas a preservação e conservação ambiental.

Entretanto uma vez implantado um assentamento verde faz-se necessário o monitoramento e o controle de atividades degradantes de áreas legalmente protegidas dos assentamentos, atividades relacionadas à recuperação de áreas degradadas que possibilitem geração de renda e segurança alimentar, além da implementação de ações de manejo florestal e de fauna, e outras iniciativas referentes ao desenvolvimento socioambiental dos assentamentos.

Contudo pode-se observa que tal projeto não segue os eixos do programa de assentamentos verdes pois, como verificado durante este estudo 43% encontram-se desflorestado e 52% está com cobertura vegetal.

Embora do PA apresente no cálculo de área total do assentamento 80% de floresta, há necessidade de realizar a recuperação, pois verificou-se com o calculo de área separadamente para cada lote que 43% encontra-se desflorestada.

Logo se conclui que as políticas públicas ambientais devem aliar desenvolvimento econômico e conservação dos recursos e é imprescindível coloca-las em práticas.

6. REFERENCIAS BLIOGRAFICA

BRANDÃO JR., A.; SOUZA JR. C. **Desmatamento nos assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia. O Estado da Amazônia.** 2006. Disponível em: <www.imazon.org.br> acesso em 04. Abr. 2015.

BARBOSA, L. C. **Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco.** Tendências e desafios no Brasil. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília - DF – Brasil. 2008.p. 2/10.

Coletânea de legislação ambiental, Constituição Federal. 8.ed. ver., ampl. e atual.- São Paulo : Editora Revista dos tribunais, 2009.

GOMES, D. **Padrões e Processos em Dinâmica de Uso e Cobertura da Terra.** Disponível em:<http://ess.inpe.br/courses/lib/exe/fetch.php?media=cst-312-popea:aula2_conceitolucc_i.pdf > Acessado em: 30/09/2015

GASPI, S.; LOPES, J. **Desenvolvimento sustentável e revolução verde: uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná.** 2008. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-08-desenvolvimento_sustentavel.pdf>Acesso em: 10. Abr. 2015.

GEHLEN, B.; **O desafio do desenvolvimento sustentável.** 2010 Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=780&class=04>>Acesso em: 10 de abril.

INCRA; **Assentamentos verdes.** Disponível em <www.incra.gov.br>Acesso em: 07. Abr. 2015.

INPE .Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>> .Acessado em 21/09/2015

ROCHA, V. M. V; CARVALHO, A. P. F; CARNEIRO, G. M. G; ROSA, M; RIBEIRO, M. R; COSTA, R. C; SCHWARZ, C. O. **Avaliação da evolução do desmatamento em assentamentos do Incra a partir dos dados do Prodes e Deter para os anos 1997-2010.**Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011. P. 3/6.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/wpcontent/uploads/2014/01/Assentamento26dez2013.pdf>>. Acesso em: 21/09/2015

INCRA. Instituto Nacional de Colonização. **Assentamentos verdes.** Disponível em <www.incra.gov.br> acessado em: 21/09/2015

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental.** Brasília – DF. 5ª Edição, 2009. P. 15/20.

Ministério de Desenvolvimento Agrário –MDA. **Assentamentos e políticas públicas.** Disponível em <www.MDA.gov.br> Acesso em: 07. Abr. 2015.

Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Chamamento Público para Formação de Multiplicadores em Desenvolvimento Rural Sustentável e Adequação Ambiental nas Propriedades Rurais da Agricultura Familiar.** Chamamento Público 001/2011 - SEDR/MMA. Brasília, setembro de 2011. Disponível em: <www.mma.gov.br> Acesso em: 07. Abr.2015.

MOREIRA, R. **Críticas Ambientalistas à Revolução Verde,2004.** Disponível em:<<http://www.ufrj.br/leptrans/5.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2015

OLIVEIRA, T.; GANIMI, R. **Revolução verde e a apropriação capitalista.**2007. Disponível em:<http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf> Acesso em: 10. Abr. 2015.

MOREIRA, A. M.; ALMEIDA, M. M. P.; Cruz, B. M .C.; Furtado, L. F. A.: SOARES, M. L. G. **Modelagem do conhecimento aplicada à detecção de mudanças em ambiente costeiro.** Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 2015. P. 3/6

NODA, E. **Políticas agrícolas e ambientais no Baixo e médio Purus – AM.** Manaus, 2008. Tese (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2008. p. 16/33.

OLIVEIRA, D. **Ausência de políticas públicas e degradação ambiental: um estudo De caso do assentamento estrela Dalva-PB.** Disponível em:<<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Diego%20de%20Oliveira%20Silvestre.pdf>>.Acessado em 17/09/2015

PIMENTEL, G. M.; WATRIN, O. S.; SAMPAIO, S. M. N.; OLIVEIRA, S. R. R. S. **Análise da dinâmica da paisagem do uso da terra no assentamento Luiz Lopes Sobrinho e no entorno da Fazenda São Marcos, no nordeste do**

Pará. I SEMINÁRIO GESTABACIAS: Resultados de pesquisas em mesobacias do Nordeste Paraense e sua aplicação no desenvolvimento rural. Belém, PA. 2010.

PEDRON, F. A.; POELKING, E. L.; DALMOLIN, R. S. D.; AZEVEDO, A. C; KLAMT, E. **Aptidão de uso da terra como base para o planejamento da utilização dos recursos naturais no município de São João do Polêsine – RS. Ciência Rural, Santa Maria, v. 36, n. 1. p. 105-112, 2006.**

RAMOS, A. **Política Ambiental. Instituto Socioambiental (ISA).** Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. 2ª ed. São Paulo (2008) . p.448

ROCHA, A. L. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural.** Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_305.pdf> acessado em: 17/09/2015

SILVA, F. B. **Importância do geoprocessamento na fundamentação de Políticas públicas.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas São Luís – MA, 2005. p. 1/2 .

SANTOS, D. **Crise ambiental, educação ambiental e sustentabilidade, 2006.** Disponível em: <<http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXT0-86.pdf>>. Acesso em: 10 de abril.

N o	Descrição	Ag o 20 14	Set	Ou t	No v	De z	Ja n 20 15	Fe v	Ma r	Ab r	Ma i	Ju n	Jul
--------	-----------	---------------------	-----	---------	---------	---------	---------------------	---------	---------	---------	---------	---------	-----

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

01	Revisão Bibliográfica sobre o tema	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
02	Consulta ao Banco de Dados do INCRA caracterização do contexto de criação dos assentamentos estudados		X										
03	Aquisição das informações do PRODES			X									
04	Elaboração do Banco de Dados Espacial				X								
05	Quantificação das áreas de desmatamento e floresta					X							
06	Levantamento de dados sobre programas, ações e políticas nos assentamentos estudados					X	X						
07	Visita ao INCRA e ao IDAM							X					
08	Elaboração do Relatório Parcial						X						
09	Visita ao IBAMA e ao ICMBio								X				
10	Análise crítica das políticas públicas e do uso da terra no assentamento estudado									X	X	X	

